Jefferson Messias

POLO DE GESTÃO I

A Seção Judiciária de São Paulo possui atualmente 44 Subseções, que estão divididas em cinco polos de gestão. A criação desses polos ocorreu após a implantação do Programa de Gestão e Inovação (iNovaJusp) e levou em consideração fatores como a divisão territorial, distância entre subseções, divisão para plantão regional, entre outros pontos.

Cada polo é representado por um juiz federal e um diretor de secretaria ou de núcleo de apoio administrativo. Essa matéria irá apresentar o primeiro dos cinco polos de gestão, que é formado pelas Subseções de Barueri, Guarulhos, Jundiaí, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo, São Paulo e Sorocaba. O juiz federal Márcio Ferro Catapani, da 6ª Vara Federal de Guarulhos/SP, e a servidora Kátia Augusta Rios Pereira, do Núcleo de Apoio Regional do Fórum, são representantes desse polo.

"A principal atribuição do representante é atuar como um intermediário entre a Diretoria do Foro e os juízes e servidores das varas e áreas administrativas das subseções que integram o polo. Ele é responsável por verificar as necessidades locais, peculiaridades e o que precisa ser realizado em cada localidade, além de transmitir essas demandas à Diretoria do Foro para que, na medida do possível, elas possam ser atendidas", explica o juiz Márcio Catapani.

O levantamento dessas necessidades é feito por meio de consulta aos setores administrativos e às varas de cada uma das subseções. As respostas são compiladas em uma planilha, que reúne informações relativas às despesas de custeio e projetos dos fóruns, ou seja, a necessidade de materiais de consumo, materiais permanente, obras, reformas, serviços ordinários, serviços de natureza continuada, ações de treinamento, entre outros.

Reunião do CONGIP realizada em fevereiro, na capital

Márcio Catapani pontua que as demandas recebidas dos fóruns são variadas, desde questões simples como a pintura de um prédio e aquisição de material de escritório, até solicitações mais complexas como implantação de sistemas de informática e alteração do layout das varas. A compilação desses dados torna possível a elaboração do Orçamento-Programa Participativo (OPP), que comporá a pré-proposta orçamentária da SJSP.

"O OPP será construído a partir dos objetivos destacados como prioritários pela Rede de Governança da Justiça Federal de São Paulo, bem como da construção do Planejamento Estratégico Participativo, com a racionalização dos gastos mediante escolha de opções inovadoras que propiciem o melhor resultado pelo menor custo", pondera o servidor Fábio Nunes dos Santos, do Núcleo de Planejamento do Administrativo Central.

Os cinco polos de gestão da Seção Judiciária de São Paulo

Todas as solicitações são analisadas pelo Gabinete de Inovação e Gestão Integrada (GABIN), que delibera sobre a possibilidade de atendimento com base nas análises dos gestores da Administração e nas definições de metas e ações prioritárias. As subseções judiciárias também recebem o retorno do não atendimento de determinada solicitação através dos representantes dos polos de gestão, que fazem parte do Conselho de Governança Integrada, Participativa e Inovadora (CONGIP).

Para o juiz Márcio Catapani, os polos de gestão têm sido um importante canal de aproximação entre a Administração Central e as subseções do interior e do litoral. "Essa facilitação da comunicação sem dúvida alguma permite que a Administração chegue mais rapidamente a quem está na ponta, a cada uma das varas e setores administrativos das subseções, melhorando o trânsito das informações em relação ao que é necessário e ao que pode ser feito", conclui o magistrado. ■

Para saber mais detalhes sobre como os polos de gestão contribuem para a elaboração do Orçamento-Programa Participativo na JFSP, assista ao vídeo